



O MUNDO ROMANO NO SÉCULO IV: DECADÊNCIA OU REESTRUTURAÇÃO*

Cláudio Umpierre Carlan**

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

claudiocarlan@ig.com.br

RESUMO: O artigo começa com uma apresentação da numismática como um documento alternativo, analisando as questões políticas relativas ao mundo romano durante o governo de Constantino I, o grande. Enfatiza-se nessa discussão, a importância do uso de uma variedade de fontes: iconográficas, arqueológicas. Usando como fonte iconográfica a coleção numismática do acervo do Museu Histórico Nacional / RJ, analisamos a imagem como uma fonte de propaganda, legitimando o poder imperial.

ABSTRACT: The paper starts by introducing numismatics as an alternative historical document, studying political issues relating to the Roman emperor Constantine the First. The paper emphasizes the importance of using different sources, such as iconographic and archaeological. The numismatic collection stored at the National Historical Museum at Rio de Janeiro, Brazil, serves to show how images were used as propaganda for imperial rule.

PALAVRAS-CHAVE: Moeda – Poder – Política

KEYWORDS: Coins – Power – Politics

Introdução

Na historiografia tradicional o século IV, também conhecido como Antigüidade Tardia ou Baixo Império, é, na sua maioria das vezes, apresentada como um período da decadência do Império Romano. Imperadores incompetentes, crise militar, invasão dos povos germânicos, chamados de bárbaros, ascensão do cristianismo,

* Agradecemos aos colegas da UFG, em especial a Ana Teresa Gonçalves a oportunidade de trocarmos idéias, e a Pedro Paulo Abreu Funari, Ciro Flamarion Santana Cardoso, Maria Beatriz Borba Florenzano, André Leonardo Chevitarese, Margarida Maria de Carvalho, Vera Lúcia Tosttes, Rejane Maria Vieira, Eliane Rose Nery, Edinéa da Silva Carlan. Mencionamos, ainda, o apoio institucional do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/Unicamp) e da CAPES. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.

** Doutorando / UNICAMP, pesquisador – associado do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE / UNICAMP), membro do conselho consultivo da www.historiaehistoria.com.br, bolsista da CAPES. Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.

são identificados como os grandes causadores dessa impotência dos romanos em relação a esse conturbado período.

Na realidade, durante o século IV, notamos uma série de alterações que oscilam entre reconstrução, decadência e apogeu. As reformas de Diocleciano e seus colegas da Tetrarquia (285 – 305), realmente não tiveram o efeito esperado, mas reconquistaram boa parte do império, perdido durante anarquia militar do século anterior. Constantino, herdeiro dessa política, depois de uma longa guerra civil, restabelece uma organização na administração e finanças públicas de Roma. Cria uma espécie de sucessão dinástica ao poder, é durante o século IV que conhecemos uma dinastia constantiniana, ligada diretamente a uma dinastia teodosiana. Algo praticamente desconhecido durante boa parte do século III.

Muitos desses imperadores tem uma estabilidade no governo que seus antecessores não possuíam. Conseguindo governar durante vários anos. Algo raro durante a anarquia militar.

Como fonte principal desse trabalho, analisaremos as cunhagens monetárias desses imperadores, pertencentes a coleção do Museu Histórico Nacional / RJ, maior acervo numismático da América Latina.

Não é nossa intenção escrever uma história parcial ou total do mundo romano no século IV, mas sim apresentar de forma analítica, não desembocando numa síntese, os elementos dessa história que tiveram direta incidência na vida política, nos textos e iconografia incluído nas moedas.

O nosso trabalho tem por objetivo realizar um estudo de base numismática sobre as manifestações políticas e ideológicas ocorridas no Império Romano, durante o fim do terceiro e quarto século cristãos, mais especificamente sobre a tentativa dos chamados “Imperadores Reformadores” de reorganizar o Império Romano nas esferas política (interna e externa), social e econômica.

O Império Romano da Anarquia a Organização Militar

Sucedendo a um longo período de crise e anarquia militar, tais imperadores reformadores, procuraram realizar as mais variadas reformas políticas, econômicas, sociais e até mesmo religiosas. A energia dos governantes ilírios livrou o império da invasão e da revolução anárquica. O mais dotado para a administração, Diocleciano,

estendeu e retomou essas medidas durante pelo menos uma dezena de anos, antes de sistematizar uma obra que foi, ainda, completada por Constantino. Os perigos externos, tanto dos povos “bárbaros” como dos persas sassânidas, era uma das principais preocupações dessa época.

As tropas romanas atravessaram o Reno e o Danúbio, ao longo de cujos cursos se reconstruía uma sólida defesa. Tanto que as melhores representações da numária romana sobre as fortificações são, respectivamente, as de Constantino, as das portas de Trêves contidas nas moedas de um sólido, e a de seu filho e sucessor, Constâncio II. Da época deste último, há dezessete peças no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, que reproduzem a imagem das portas de Londres.¹

A Mesopotâmia é reconquistada e o Império Sassânida é obrigado a ceder territórios além-Tigre. No Oriente, Roma nunca avançara tão longe. Como exemplo, podemos citar os combates travados entre Constâncio II e Sapor II, nos quais o Imperador Romano obteve os mais variados resultados. Tais combates estão representados nas moedas existentes nos lotes de números 26 e 27 do Museu Histórico Nacional, onde aparece a figura de Constâncio, à esquerda de quem observa, de armadura, a cavalo, derrotando um inimigo, que aparece de joelhos, com os braços levantados, como se estivesse suplicando misericórdia. Apesar de a moeda estar um pouco deteriorada pelo tempo, nota-se, que a imagem central do imperador romano — que é o centro do poder — sempre aparece maior que a do persa. Através da análise desse pequeno objeto de bronze, cujo diâmetro é de 2,5mm, e o peso, de pouco mais de 4 gramas, podemos destacar também a crescente importância da cavalaria, representada aqui pela personificação de Constâncio.

A riqueza iconográfica dessa fase é muito bem representada nas medalhas e moedas romanas, pois, segundo Nieto Soria, ocorre uma exaltação à pessoa, na figura do monarca, da própria política real.² Uma espécie de propaganda, de comunicação, de que todos os habitantes do vasto Império Romano tomariam conhecimento, através da visualização das peças, legitimando o poder temporal. Isto também explica as várias cidades, espalhadas por todo o território, onde tal cunhagem era feita.³

¹ Cf. MARQUES, M. G. **Introdução a Numismática**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982, p. 133.

² Cf. NIETO SORIA, J. M. **Ceremonias de la Realeza** – Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara. Madrid: Editorial Nerea, 1993, p. 17.

³ Cf. CARLAN, C. U. Símbolos do Poder. Uma análise da tipologia das moedas militares de Constâncio II. **PHOENIX**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 116 – 121. v. VIII.

A experiência vinha provando quão insuficiente era o antigo exército, bem como sua inadaptação às novas condições da guerra agora impostas pelos adversários. Assim sendo, o exército foi aumentado e, ao mesmo tempo, alterada a sua estrutura.

O ideal romano continua sendo o do Estado estabilizado, visando à proteção da totalidade do território. Depois das lutas vencidas pelo então César Juliano, restabelecendo as fronteiras ao longo do Reno e do Danúbio contra os alamanos, começa a ser realizada uma obra sistemática e de suma importância, sobretudo no tempo de Valentiniano I. Sem voltar ao método dos entrincheiramentos contínuos, multiplicam-se, em relação com as estradas e os rios, as torres, os fortins, os castelos e os campos, seguindo uma técnica que o contato com os persas torna mais apurada: padrões orientais são transferidos para o Ocidente. Do mesmo modo, mantêm-se e aperfeiçoam-se as muralhas urbanas: perante os bárbaros, dotados de rudimentares técnicas bélicas de assédio, as cidades constituem redutos quase inexpugnáveis.

O próprio equipamento individual começa a sofrer mutações que, segundo Peter Brown, desde o final do século III, já mostram indícios dos aparatos dos futuros cavaleiros medievais.⁴ Os soldados, que desde o governo de Septímio Severo podem contrair matrimônio, recebem terras nas fronteiras para auxiliar em sua defesa: ao ponto de o latim vulgar influenciar, até os dias atuais, algumas dessas regiões. Algumas províncias, como a Trácia, por exemplo, depois da grande leva de invasões, ficaram totalmente isoladas. Princípio da hereditariedade na profissão paterna aplica-se de maneira rigorosa no exército.

Outra questão importante é a chamada “barbarização” do império. Os numerosos cativos e grupos étnicos que pedem asilo são instalados em território romano, a fim de repovoar e recultivar regiões em que a mão de obra é rara. Trata-se dos chamados *letos* ou *gentios*, que a administração deve manter sob vigilância, e cujos filhos são agora obrigados, como filhos de soldados, a entrar no exército.

Outros gozam do regime de federados e fornecem contingentes organizados à sua maneira, comandados pelos seus chefes. O exército chamado romano deixa de ser notável instrumento de romanização, perdendo assim umas de suas principais características.

⁴ Cf. BROWN, P. **O Fim do Mundo Clássico**: De Marco Aurélio a Maomé. Tradução de Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa: Editorial Verbo, 1972, p. 98.

Os efetivos da cavalaria aumentam muito, porque a mobilidade torna-se a principal estratégia militar. Como na batalha de Andrinopla, em 378, ganha por uma carga de cavaleiros godos, a qual Ferril afirmou ter sido precursora das táticas medievais.⁵

Durante esse período, os imperadores empenham-se em anular o privilégio de sangue, ou seja, os antigos líderes senatoriais são afastados dos comandos das legiões; o que Constantino consegue durante o seu governo, separando as funções civis das militares. A principal conquista social do século III mantém-se no século IV, isto é, a atribuição dos postos e a própria promoção baseadas apenas no mérito. Essa mudança foi influenciada principalmente pela necessidade de ser mantida a ordem política, pois temia-se que a ambição da classe senatorial incentivasse a tropa contra o governante. Isso leva Constâncio II a nomear apenas um único oficial para o comando da infantaria e da cavalaria, no Oriente, *o magister equitvm et predivum per Orientvm*.⁶

Os imperadores continuam sendo aclamados pelas tropas e, no século IV, se não levam seus deveres militares a sério, seu poder é efêmero. Muitas vezes, como nos casos de Juliano e Valentiniano I, devem a proclamação às provas previamente dadas de seu valor militar e não se afastam do exército, participam das expedições e arriscam a vida, no caso de Juliano contra os persas, perdendo-a. Antes de mais nada, não podemos esquecer que a função do exército, mais do que se defender de ataques externos ao Império consistia em reprimir a dissidência interna, pois era sua presença que garantia o poder romano no interior das fronteiras do Império.⁷

No ano de 350, quando Magnêncio é aclamado imperador, Constâncio leva um rei alamanco a atravessar o Reno, numa manobra para despistar as tropas do usurpador, que iria tentar a sorte na Panônia (atual Hungria ocidental) e na Itália. As dificuldades tendem a aumentar quando todo o nordeste da Gália é invadido. Constâncio é obrigado a associar seu primo Galo ao poder, na função de César. Alguns anos mais tarde, Galo seria acusado de traição, e condenado à morte, numa intriga palaciana realizada pelo eunuco Eusébio, que exercia grande influência sobre as decisões do imperador.

⁵ FERRIL, A. **A Queda do Império Romano** – A explicação militar. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p. 53.

⁶ Ibid., p. 59.

⁷ Cf. FUNARI, P. P. de A. **Grécia e Roma: Vida pública e vida privada** – Cultura, pensamento e mitologia. Amor e sexualidade. São Paulo: Contexto, 2002, p. 93.

Havia também o choque, egoísmo ou até mesmo rivalidade entre os conselheiros, de seu “escritórios” burocráticos, e, às vezes, entre as populações. A ação militar, que pressupõe unidade de comando, estava cindida, retardada ou precipitada, por ignorância ou mesquinha da parte de homens desejosos de triunfar sozinhos. Valente deu combate aos godos, seguindo o conselho do seu comandante-em-chefe, Sebastiano, diante de Andrinópolis, sem esperar a chegada do outro Augusto, que lhe levava reforços. Condenado pelas circunstâncias do sistema colegial, o Baixo Império sofria os seus inconvenientes.

Mas, apesar de o inimigo figadal dos romanos ser Sapor II, o verdadeiro e terrível perigo tem outra proveniência.

Sassânidas e Romano: as potências rivais.

A dinastia Sassânida (224-651)⁸ foi um constante tormento para Roma. Sapor I, o segundo rei persa dessa dinastia, já havia empreendido várias campanhas muitas bem sucedidas contra as legiões romanas entre os anos de 241 e 250. Valeriano não foi capaz de fazer frente ao seu avanço e, em 259, foi capturado e feito prisioneiro, desastre sem precedentes nos anais romanos. Sapor celebrou com uma monumental escultura em relevo na parede de um penhasco em *Nagsh-i Rostam*, próximo a Persépolis.

Sapor II⁹ ainda muito jovem foi proclamado rei pelos nobres, após a deposição do seu irmão Adanarses. Seu outro irmão, Hormisda, fugiu para o lado dos romanos em 324.¹⁰ Durante sua longa menoridade houve paz com Roma. Mas em 336 a guerra novamente estoura causada pelo controle da Armênia,¹¹ e a partir daí, durante todo o período do seu reinado, houve guerra em quase todas as estações climáticas adequadas às campanhas, sendo que nenhum dos lados foi completamente vitorioso.

Os objetivos principais de Sapor eram a recuperação da Mesopotâmia, conquistada por Galério, e da Armênia. Os pontos culminantes dessa luta foram: os três

⁸ Assim chamada em homenagem a Sassan, antepassado lendário do primeiro rei Aldachir I.

⁹ Neto de Narses ou Narseu, derrotado pelo tetrarca Galério, em 298. Quando o exército romano marchou sobre Ctesifonte, capital persa, Narses foi obrigado a implorar pela paz e a liberação de sua família.

¹⁰ Durante o reinado de Constâncio II foi comandante de cavalaria, acompanhado-o a Roma em 357. Foi general durante a expedição de Juliano em 363.

¹¹ Sapor I e Narses também entraram em guerra contra Roma pelo mesmo motivo.

cercos de Nísibis (338, 346 e 350); a sangrenta batalha de Singara, em 348, de resultado pouco decisivo; o ataque persa a Amida em 359.¹²

Nos anos de 362-363, Juliano desloca um grande quantitativo militar, aproximadamente 65 mil homens,¹³ para Antioquia visando invadir o Império Persa. Segundo Zózimo e Amiano Marcelino a cada vitória importante o imperador premiavam cada soldado com 100 ou até mesmo 130 moedas de prata (*argentus*).

A estratégia de Juliano consistia em desviar o exército principal de Sapor II por uma invasão fingida do Norte da Assíria, para então atacar rapidamente Ctesifonte antes que o rei pudesse voltar e manobrar suas forças. O plano fracassou face à resistência de cidades fortificadas como Pirisabora e a guarnição próxima de Besouchis, e à disposição dos persas para obstruírem a passagem de Juliano por meio de uma inundação provocada. Essa alteração nos cursos dos rios, complexo sistemas de canais, deixou um grande número de cidades em ruínas e sem água.

Juliano conseguiu chegar a Ctesifonte, mas, perante a ameaça da aproximação do exército de Sapor, abandonou qualquer tentativa de conquistar a cidade, queimou a enorme frota que o havia abastecido pelo Eufrates mas que agora era um estorvo, e dirigiu-se para o norte, sob ataque constante dos persas, até ser morto numa escaramuça.

Seu sucessor, Joviano, proclamado pelas legiões na Mesopotâmia, durante o fracasso da invasão, foi obrigado a ceder territórios ao Norte da Mesopotâmia, incluindo cinco satrapias ao longo do Tigre Superior e todas as terras a leste de Nísibis e Singara. Só assim conseguiu assegurar a saída do exército romano do território sassânida.

Os anos seguintes tanto romanos quanto persas terão objetivos, ou melhor, novos problemas para se preocuparem. Roma cada vez mais debilitada, tendo seu exército influenciado pelos comandantes germânicos, não conseguindo evitar o saque de Alarico em 410, e a deposição do último imperador, Rômulo Augústulo, por Odoacro em 476.

Os sassânidas esperariam mais dois séculos para serem aniquilados pelos invasores árabes do século VII.

História Política do século IV

¹² Situada junto ao Tigre, ponto defensivo básico do Norte da Mesopotâmia e das satrapias controladas pelos romanos até *Corduene* (Curdistão). Cerca e capturada pelos persas em 359.

¹³ Cf. DEPEYROT, G. *Economie et Numismatique* (284 – 491). Paris: Errance, 1987, p. 3.

Na política interna as crises continuam surgindo depois de um breve período de incerta solução.

Depois de vinte anos de governo, através do efêmero sistema de tetrarquia de Diocleciano, o império recobra a paz sob o cetro de um único senhor: Constantino. Que, apesar de não retornar à antiga forma de governo de que seu pai fez parte, limitou-se, dois anos antes de sua morte, a partilhar o governo dos territórios imperiais em cinco partes: três, as maiores, seriam entregues a seus três filhos; as duas outras, a três de seus sobrinhos. Ou seja: coube ao filho mais velho, Constantino II, a Bretanha, a Gália e a Espanha; Constâncio II ficou com a rica parte oriental do Império que, desde 333, governava como César em Antióquia; o mais jovem, Constante, ficou com a Itália, a África e a Panônia. Os primos Flávio Júlio, Dalmácio e Anibaliano ficaram, respectivamente, com os Bálcãs e a Ásia Menor. Alguns autores chegaram a afirmar que Constantino teria a intenção de, bem antes de Merovíngios e Carolíngios, levar à aplicação um conceito patrimonial do Estado monárquico.

Tal afirmação é discutida por Rémondon que, usando como base o testemunho numismático, afirma que Constantino havia pensado em seu filho mais velho, Constantino II, como herdeiro do império.¹⁴ Acreditamos que ele pretendia legar uma diferente organização política para aquele que o sucederia como coordenador e administrador. A morte não lhe deu tempo para isso. E se realmente, como afirmou Rémondon, a idéia de Constantino era que o seu filho mais velho lhe sucedesse, por que a parte mais rica do império ficaria com o filho do meio, Constâncio? Não podemos esquecer que Constâncio II foi considerado pela posteridade como o mais eficiente administrador dentre os herdeiros do pai.

A “unicidade” do governo imperial, quebrada durante a tetrarquia de Diocleciano, volta a ser estabelecida nos treze anos de reinado de Constantino. A partir de 353, o poder do soberano encarna-se novamente em uma única pessoa, Constâncio e, depois, em Juliano. Mas, após este período, ocorre uma associação de dois imperadores ao trono. O cristão ortodoxo Valentiniano I, antigo general de Juliano, sucedeu a Joviano, que governou menos de um ano e dividiu a parte oriental do império com o irmão, Valente, seguidor do arianismo.

¹⁴ Cf. RÉMONDON, R. *Las Crisis del Imperio Romano* – De Marco Aurelio a Anastacio. 2. ed. Barcelona: Editorial Labor, 1973, p. 72.

Teoricamente, o império continuava a ser uno, tratava-se de uma associação e de um sistema colegial, não de uma divisão territorial, embora cada Augusto, auxiliado ou não por um César, ou por outro Augusto menos prestigioso, fosse encarregado da administração e da defesa de uma parte. O próprio Diocleciano era considerado como um *Ivono*, filho de Júpiter, enquanto que o outro tetrarca, Maximiano, era um *Hercvleo*, ou filho de Hércules.¹⁵ Rémondon deixa bem claro que, em um sistema criado para estabelecer uma igualdade, existe entretanto uma hierarquização interna, pelo qual um governante possui um grau maior de importância que o seu “co-irmão”. Pois um novo Augusto só era admitido oficialmente no colégio depois da aprovação de seu ou dos seus colegas.

A divisão administrativa do Império Romano em dois blocos, Ocidente e Oriente, contudo, não garantia a coesão, nem inibia a disputa dentro do seio da própria família imperial. Podemos citar como exemplo as muitas suspeitas existentes entre os filhos e sobrinhos de Constantino, que tornaram o governo inviável. Provavelmente, Constâncio, o homem forte do novo regime, instigou o massacre, em Constantinopla, de toda a facção de seus tios e primos, deixando vivos, mas sob sua custódia, somente os seus jovens primos, os irmãos Galo e Juliano.

Outra inspiração ocorrida durante o século IV é o progresso de uma idéia dinástica. Nesse período ocorreram menos desordens do que nos anteriores. Efetivamente após ter conhecido uma dinastia constantiniana e uma valentiniana, o século V conhece uma dinastia teodosiana.

A inovação desse século consistiu em discutir a idéia de uma linha sucessória direta e familiar: Constantino pensou nos seus sobrinhos e Valentiniano I associou-se a seu irmão Valente. A idéia familiar foi suficientemente forte para que, de uma dinastia a outra, se procurasse criar um laço, através do matrimônio. O gráfico familiar reproduzido acima deixa bem clara esta união. Valentiniano casa o filho, Graciano, então como dezesseis anos, com a neta de Constantino, de treze anos. E Teodósio, por sua vez, desposou a filha de Valentiniano.

Isso não significa que a história dessas dinastias fosse sempre calma. A da família constantiniana, por exemplo, oferece uma série de tragédias palacianas, chacinas, rivalidades fraternas levadas até a guerra civil. Houve revoltas e usurpações,

¹⁵ Cf. RÉMONDON, R. *Las Crisis del Imperio Romano* – De Marco Aurelio a Anastacio. 2. ed. Barcelona: Editorial Labor, 1973, p. 45.

culminando com o assassinato de imperadores legítimos. Mas, ao contrário dos séculos anteriores, com a exceção de Constantino e Juliano,¹⁶ nenhum desses episódios violentos culminou no triunfo do usurpador. Foi, sem dúvida, uma ajuda muito grande para Juliano, proclamado imperador por seus soldados em Lutécia, que seu primo Constâncio II morreu de peste antes do choque dos dois exércitos, evitando, assim, o desgaste de uma guerra civil.

Também nos parece ser claro o surgimento de um sentimento de lealdade monárquica, apesar de uma série de transtornos. A melhor prova disso é que, apesar de toda a carência militar e política, os filhos de Teodósio I morreram de morte natural. Paulatinamente, vai-se instalando nas vastas regiões imperiais um respeito à púrpura. Por este motivo, não podemos considerar completamente ineficazes os esforços das dinastias do Baixo Império para regularizar a transmissão de poder.

Além dos problemas militares e políticos, encontramos, num mesmo nível de importância, o religioso.

A História Religiosa e o século IV: a rivalidade entre pagãos e cristãos

Depois da grande perseguição do século III, encerrada no ano de 260, o cristianismo passa a gozar de uma paz externa de aproximadamente quarenta anos, da qual tirou grande proveito.

Essa suposta tranqüilidade vai acabar durante o governo de Diocleciano, que organizaria a última grande perseguição. Uma mudança brusca, acerca da qual a maioria dos historiadores tem sua explicação pessoal. Mas, como não é o nosso objetivo discutir as várias correntes que analisaram este período, ficaremos com a tradição cristã, segundo a qual Diocleciano cedeu às insistências de seu genro e César, Galério.¹⁷

Através dos relatos de Lactâncio, podemos dividir essa perseguição em três etapas: depuração no palácio, no exército e nas funções administrativas; e, finalmente, afastamento de todos os funcionários graduados que se recusavam a praticar o sacrifício aos deuses. Pois a meta da tetrarquia era um retorno aos bons tempos do Principado, a começar pelo culto religioso. Depois vieram os editos. Quatro deles sucederam-se, no decorrer do ano de 303 e no início de 304, cada um assinalando, em relação ao

¹⁶ Cf. SILVA, G. V. da. *Domus Imperial e o Fenômeno das Usurpações no IV Século*. PHOÏNIX. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995. v. I.

¹⁷ Cf. LACTÂNCIO. *De Mortibus Persecutorum*. Paris: Ed. J. Moreau, 1954, p. 32.

precedente, um agravamento. E, por último, a atribuição aos cristãos do incêndio do palácio imperial de Nicomédia, por ocasião de uma estada na cidade de Diocleciano e Galério. Como acontecera meio século antes, todos os cidadãos do império foram obrigados a realizar os sacrifícios, sob pena de condenações à morte na fogueira.

A tradição cristã considera essa perseguição como mais violenta e cruel do que as anteriores. Dodds,¹⁸ não concorda com esta opinião. Para ele, tanto a brutalidade quanto a duração dependiam muito da região do império a que estivermos nos referindo. Na parte de Constâncio Cloro, Gália e Bretanha, as pessoas foram poupadas e os bens só foram atingidos no mínimo exigido pelo respeito para com a autoridade do Augusto mais importante; ocorreram também casos em que os magistrados obrigavam os cristãos, amarrados a cavalos, a entrarem nos templos e fazerem o juramento, para logo depois libertá-los.¹⁹ No resto do Ocidente a perseguição foi violenta, mas breve, porque Maximiano, o outro Augusto, abdicou em 305, juntamente com Diocleciano, pois existia um acordo entre os tetrarcas de que, após vinte anos de governo, ambos se afastariam de suas funções. Mas, no Oriente irá se prolongar até a vitória de Constantino sobre Licínio, em 324. Entre os anos de 313 a 320, porém, ficou interrompida.

Essas variações da política religiosa foram dirigidas ao mesmo tempo pela paixão e pelo cálculo, que se refletem nas diversas moedas, demonstrando que a atuação do cristianismo era sentida e passava a ser incorporada, durante esse longo período. O lábaro cristão de Constantino aparece tanto nas moedas de seu filho e sucessor, Constâncio II, como na de outros imperadores, como Joviano e Valentiniano I, acompanhadas da legenda, contida no reverso, FEL TEMP REPARATIO, ou seja, um ressurgimento da grandeza romana através do baluarte cristão.

Notamos também o reaparecimento, muito mais tarde, dessa influência nas moedas cunhadas durante o reinado de dom Manuel I (1469-1521), rei de Portugal. Nas peças aparecem o símbolo cristão de Constantino, uma letra X, virada transversalmente e cuja a ponta superior era inflectida (presente no *labarvm* imperial de Constâncio: P), acompanhado da frase: *IN HOC SIGNO VINCES (POR ESTE SINAL VENCERÁS)*.

É importante ressaltar que os símbolos cristãos surgem nas moedas de Constantino, a partir do ano de 315, sendo gradativamente associados aos pagãos. Durante o governo de Juliano, o apóstata, ocorre algumas mudanças. O touro, símbolo

¹⁸ Cf. DODDS, E. R. *Paganos y Cristianos en una Epoca Augustia*. Madrid: Cristiandad, 1975, p. 55.

¹⁹ Cf. *Ibid.*, p.101.

pagão do sacrifício, pronto para ser imolado, substitui o lábaro cristão de Constantino. Após a morte do imperador, essas moedas são retiradas de circulação.

Não é nossa intenção analisar os fatores que fortaleceram a conversão de Constantino, se foi a revelação divina que nos narram os historiadores cristãos, diante da ponte Mílvia, ao norte de Roma, à espera do exército de Maxêncio, ou simplesmente um frio cálculo de oportunismo político. Mas o que devemos deixar claro é que a tolerância, herança de seu pai Constâncio Cloro, para muitos chefes é a única solução. Mesmo Galério, irredutível adversário do cristianismo, aceitou este ponto de vista. Alguns dias antes de sua morte, gravemente enfermo, na primavera de 311, publicou o Edito de Tolerância, reconhecendo o malogro da perseguição. Tal edito nunca foi abrogado.

No início de 313, antes de entrar em campanha contra Maximino Daia, que não era favorável à tolerância aos cristãos no Oriente, Licínio encontrou-se com Constantino, já senhor do Ocidente, em Milão. Dessas conferências resultaram, ao menos, algumas instruções, às quais podemos manter, por convenção, o nome tradicional de Edito de Milão.

Após derrotar a Licínio que, por sua vez, tornara-se perseguidor, em 324, Constantino procurando tranquilizar os pagãos do Oriente, reafirmou a tolerância religiosa. Eusébio de Cesaréia, em sua obra *De Vita Cosntantini*, além de mudar a sua opinião sobre Licínio, pois, antes dessa perseguição promovida pelo então senhor do Oriente, o havia elogiado em seus escritos, sublinha esta política constantiniana.²⁰

Seria exagero falarmos de uma perseguição ao paganismo, mas Constantino proibiu certos sacrifícios. O domingo tornou-se o dia de repouso legal, interditando-se a realização de qualquer ato oficial, exceto a alforria de escravos. Os bispos conseguem o direito de jurisdição sobre os membros do clero, e sua arbitragem foi reconhecida como inapelável para os processos civis entre os leigos. Existe um desejo de fazer da Igreja um organismo oficial, de associá-la à vida e ao funcionamento do Estado.

O paganismo, entretanto, ainda conservava posições muito sólidas. Em sua grande maioria, o exército ainda lhe era fiel. Geralmente, os “mistérios de Mitra”, um dos mais importantes cultos de mistérios, que prometia a imortalidade aos iniciados, eram adotados pelos soldados. Tanto que Juliano, quando foi iniciado nestes mistérios

²⁰ Cf. EUSEBIUS PAMPHILI, Bispo de Cesaréia. *De Vita Constantini*. Texto da edição I. A. Heikel, Lib. I. Leipzig: Hinrichs, 1902, p. 21. v. 7.

por Máximo de Éfeso, se faz acompanhar por dois membros da sua escolta que respeitassem e acreditassem em tal culto. Na ocasião, o futuro imperador ainda estava sob o cetro de Constâncio. Grande parte dos intelectuais com um certo renome eram pagãos, como Libânio, muito requisitado por alunos pagãos (Juliano), como também por cristãos (Gregório de Nissa, Gregório Nazianzo, João Crisóstomo). E, principalmente em Roma, eram também pagãs as antigas famílias senatoriais, de riqueza considerável e que forneciam importantes funcionários ao império. Apesar disto, salvo alguns breves interlúdios, a autoridade, a partir de Constantino, sempre esteve nas mãos dos cristãos. Momigliano acrescenta, ainda, que a tentativa de renascimento pagão chegou tarde, e desapareceu muito rapidamente para que tivesse êxito,²¹ estando Juliano, na contramão, tentando uma retomada aos valores da cultura clássica.²²

Alguns imperadores voltaram à idéia de tolerância. Valentiniano I e seu irmão Valente proclamaram-na numa lei de 364, renovando-a sete anos mais tarde. Nesse caso, o imperador ainda mantém o título de sumo-pontífice, numa tentativa de melhor vigiar e controlar o paganismo. Teodósio foi o primeiro que não o assumiu, por ocasião de seu advento, afirmando assim a separação entre o Estado e aquilo que Maximino Daia e Juliano haviam procurado organizar como Igreja pagã, dotada de uma hierarquia sacerdotal. Já Constâncio II mandara retirar da sala das sessões do senado romano o altar colocado diante da estátua da Vitória, no qual os senadores pagãos queimavam alguns grãos de incenso; Juliano o havia restabelecido, mas voltou a desaparecer em 382 e, a despeito de inúmeros protestos, só reapareceu, de maneira efêmera, no tempo, de Eugênio (392-394). Apesar disso, o símbolo da Vitória, uma mulher alada e, em alguns casos, de dorso nu, foi muito representado nas peças de vários imperadores, tanto cristãos, como Constâncio, quanto pagãos, como Juliano.

O grande golpe dado no paganismo foi o estrangulamento econômico, por meio de confiscos, interdição de sacrificar, de consultar oráculos, de visitar templos, ou seja, do que lhe proporcionava rendimentos ocasionais. Aliado a promulgações de leis violentas e precisas, como a de 356, na qual era proibido, sob pena de morte, celebrar sacrifícios, adorar os ídolos, entrar nos templos. Mas coube a Teodósio, em 392,

²¹ Cf. MOMIGLIANO, A. **Saggi di Storia della Religione Romana**: Studi e lezioni 1983-1986. A cura de Riccardo di Donato. Brescia: Morcelliana, 1988, p. 79.

²² Cf. CARVALHO, M. M. de. Gregório de Nazianzo e a Polêmica em Torno da Restauração Pagã de Juliano. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M (Orgs.). **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro / Vitória: Mauad / EDUFES, 2006, p. 267.

promulgar uma lei que, finalmente aplicada com rigor, continha minuciosas especificações, atingindo com pesadas multas os recalcitrantes e os funcionários negligentes, proibindo qualquer ato do culto, embora não sangrento, mesmo no interior das casas e propriedades privadas. Assim sendo, o já alquebrado paganismo irá desaparecer, praticamente, nos séculos vindouros.

Com o apoio do braço secular, a Igreja tratou de eliminar os seus inimigos internos, os heréticos. Para isto, foram realizados vários concílios, desde o reinado de Constantino numa tentativa de definir uma ideologia a ser seguida. Neles, a intervenção do imperador em defesa de um ou outro bispo era comum. Podemos citar, por exemplo, o antagonismo existente entre os irmãos Constâncio, ariano, e Constante, defensor do Credo de Nicéia. Com a morte deste, Constâncio impõe a sua vontade nos Concílios de Arles (353) e Milão (355), condenando os nicenianos de Atanásio.

Podemos dividir essa querela em dois grandes grupos: o dos nicenianos, ou homoousianos, que acreditavam na consubstancialidade entre pai e filho; e os arianos, partidários da doutrina defendida por Ário, que, por sua vez, dividiam-se em três grupos: os moderados ou homoiousianos, que acreditavam numa similitude substancial, os homeos, segundo os quais não existia similitude substancial; mas todas tinham em comum, a diminuição da divindade de Jesus Cristo. Já os radicais ou anomeos, indiretamente, negavam a divindade de Cristo. Juliano, numa tentativa de enfraquecer o cristianismo, irá chamar os nicenianos exilados por Constâncio, restituindo seus antigos bispados. A esperança do rei-filósofo era que as discussões recomeçassem, desestruturando os *galileus*. Ambrósio, bispo de Milão no governo de Teodósio, iria atrair os arianos moderados para o Credo de Nicéia.

Concordamos com Rémondon, o qual afirma que desde o Concílio de Sírmio (351), ocorrera uma anarquia teológica;²³ o que, fica bem claro através da citação de Hilário de Poitiers, contemporâneo dos fatos, niceniano exilado por Constâncio, ao dar a sua visão geral das controvérsias: “Cada ano, cada mês, damos uma nova definição da fé”.²⁴

²³ Cf. RÉMONDON, R. **Las Crisis del Imperio Romano** – De Marco Aurelio a Anastacio. 2. ed. Barcelona: Editorial Labor, 1973, p. 79.

²⁴ AMMIANO MARCELLINO. **Delle Guerre di Romani**. Tradotto per M. Remigio Fiorentino. Venetia: Apresso Gabriel Giolito de Ferrari, 1550, p. 281.

Assim, associando-se à Igreja, o Estado penetrou nas querelas religiosas e a história do século IV mostra uma sociedade que, submetida a esses acontecimentos, aumentou as perturbações que agitavam o império.

A economia e as cunhagens monetárias

Não é o nosso objetivo analisarmos o processo da circulação monetária do quarto século. Por isso ficaremos retidos a uma pequena introdução da vida financeira do período. Pretendemos em uma outra oportunidade dedicar-nos essencialmente ao estudo do montante monetário em curso no século IV, algo, em nossa opinião, de suma importância para compreensão do Baixo Império.

Durante boa parte do século III, principalmente durante o governo de Aureliano (270-275), há uma tentativa de restabelecer as finanças e o equilíbrio econômico. As oficinas de cunhagem, para facilitar a circulação das moedas, são multiplicadas. Mas, logo que são fechadas para que se faça uma redistribuição do manancial monetário, há revoltas. Para regularizar a situação só se admite a moeda emitida pelo Estado, suprimindo o direito do Senado de fiscalizar esta produção. A alta dos preços eleva-se a 1000 %. Os cidadãos recusam-se a aceitar essas novas medidas, tanto que uma sublevação irá explodir, em Roma no ano 273, na qual os trabalhadores da Casa da Moeda (*monetarii*), apoiados pelas camadas inferiores da população, matam cerca de 7000 soldados das forças de repressão.

Numa tentativa de restabelecer o poder da economia romana, Diocleciano realiza, ou pelo menos tenta fazê-lo, uma reforma econômico-administrativa. Além de emitir moedas de ouro e prata, coloca em circulação peças divisionárias de bronze, com tenuíssimo invólucro de prata, que servem para as operações quotidianas, conhecidas como *follis*. Em 301, os tetrarcas tentaram através de um edito, *Edictvm Diocletiani et Collegarvm de pretiis rervm venalivm*,²⁵ ou Edito Máximo de Preços, restabelecer a economia do Império.

Também nesse período as casas de cunhagem são ampliadas, a fim de satisfazer as obrigações da tetrarquia e as necessidades do comércio: obras públicas, aumento do efetivo militar e civil. Para isso, novas peças começam a circular com

²⁵ DESSAU, H. (Ed.). *Inscriptiones Latinae Selectae*. Berolini: Widmannos, 1892, p. 58. v. 1

letras, na parte inferior do *reverso* da moeda, conhecida por *exergo*. Quando visível, podemos identificar o nome (espécie de sigla) do local da cunhagem.

Durante a tetrarquia, mais especificamente no governo do *Herculeo Maximiano*,²⁶ irá ser cunhada uma nova peça chamada de votiva, pois em seu exergo vem a seguinte inscrição: VOT XX MVLT XXX, que significa, *votamos por vinte anos, depois por mais trinta anos*. Na legenda, uma coroa de louros cerca o voto. Estes votos expressavam uma espécie de confiança, de fidelidade do povo ao seu governante. Posteriormente, outros imperadores, Constâncio II, Juliano, Joviano, Valentiniano I, cunharam moedas com a mesma legenda ou derivadas, como VOT XXX MVLTIS XXXX ou VOT XX SIC XXX.

Na era constantiniana, permaneceram os mesmos problemas. Depois da derrota de Licínio, Constantino apoderou-se dos tesouros do antigo rival, mas, dois anos mais tarde, a maior parte das casas monetárias fundadas por Diocleciano eram fechadas. Em 332, graças ao confisco dos bens dos templos, foi possível reabri-las. Mas Constantino foi obrigado a realizar uma “reforma monetária”, baixando o peso do *aureus*, a fim de emitir o *solidus*, e em 324, o *miliarense*, de prata, que poderia chegar ao valor de 1/12 do *solidus aureus*. Quanto à massa em circulação, é constituída por espécies de cobre e bronze, de peso variável. Tal medida foi de tamanha importância que Brown faz uma alusão ao *solidus* como o “dólar” da Idade Média.²⁷

Na administração, o ministro do tesouro real, o *rationalis*, cedeu lugar ao conde das liberalidades sagradas; e o *procurator rei privatae* ao conde dos bens privados, na organização dos bens e da fortuna do príncipe para que revertissem as rendas do *ager publicus*, dos domínios confiscados, das terras municipais e os recursos dos templos.

De fato, a política constantiniana de grandes despesas não podia fazer parar a inflação, tanto mais que as liberalidades, como o fornecimento do pão, que a princípio era gratuito, passando, em seguida, a um preço reduzido, bem como as distribuições de azeite e de carne de porco, aumentaram, à medida que são ampliadas as fronteiras imperiais. Só no século IV são distribuídas quatro mil rações de carne de porco por dia. Esta assistência social custava caro.

²⁶ Cf. CARLAN, C. U. Espetáculos e Representações no Baixo Império. In: LESSA, F. de S.; BUSTAMANTE, R. M. da C. (Org.). **Memória & Festa**. Rio de Janeiro: Mauad, 200, p. 82.

²⁷ Cf. BROWN, P. **O Fim do Mundo Clássico: De Marco Aurélio a Maomé**. Tradução de Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa: Editorial Verbo, 1972, p. 27.

A partilha do império entre os filhos e sobrinhos de Constantino, as agitações consecutivas à usurpação de Magnêncio, as inquietações suscitadas por dissensões religiosas, a subida ao poder de Juliano, não trazem qualquer solução. Sobrecarregara-se com pesados encargos o funcionamento do serviço de correio, que transportava os bispos aos diversos concílios, implicando em despesas incontrolláveis. Durante o governo de Constâncio II e Constante foram colocadas em circulação novas moedas, a *maiorina* e o *centenionalis*, mais pesadas do que as de Constantino, mas tinha sido preciso desvalorizá-las. Juliano restituiu-lhes o seu peso primitivo, mas o efeito não durou muito.

Valentiniano I, em consequência das guerras que não param, vê-se em apuros de dinheiro. Começa a exigir o pagamento em ouro das contribuições e taxas devidas ao Estado e a concessão, em três prestações, para o imposto da anona (imposto direto, em espécie, arrecadado nas províncias). Restabelece o controle estatal sobre as minas, cuja exploração Constantino tornara livre. Procede a confiscações em massa dos bens privados e só deixa às cidades um terço dos seus rendimentos. De acordo com Símaco,²⁸ chega até a emitir moedas falsas.

Considerações Finais

Depois de vinte anos de governo, através do efêmero sistema de tetrarquia de Diocleciano, o império recobra a paz sob o cetro de um único senhor: Constantino. Que, apesar de não retornar à antiga forma de governo de que seu pai fez parte, limitou-se, dois anos antes de sua morte, a partilhar o governo dos territórios imperiais com seus filhos e sobrinhos.

Constantino estabeleceu padrões monetários novos, representações nos reversos homenageando determinada legião. Com o confisco dos bens destinados aos templos pagãos, ampliou e reabriu as casas monetárias fechadas durante as décadas de 310 e 320, aumentando a circulação e o abastecimento do Império.

Apesar de até os dias atuais existirem uma série de dúvidas quanto a sua “cristianização”, nas amoedações constantinianas os símbolos cristãos vão ganhando cada vez mais um papel de destaque. Não é nossa intenção analisar os fatores que

²⁸ Cf. SÍMACO. *Epistolarum. Symmachi praefectivrbii libri II* – De Ambrosii Epistolae in Symmachum. *Epistolarum Magni turci ad uarias gentes liber unus*, a Laudino Equite Hierosolymitano latine redditus. Basilae: Froben, 1549, p. 243.

fortaleceram a conversão de Constantino, se foi a revelação divina que nos narram os historiadores cristãos, diante da ponte Mílvia, ao norte de Roma, à espera do exército de Maxêncio, ou simplesmente um frio cálculo de oportunismo político. Mas o que devemos deixar claro é que a tolerância, herança de seu pai Constâncio Cloro, para muitos chefes é a única solução. Mesmo Galério, irreduzível adversário do cristianismo, aceitou este ponto de vista. Alguns dias antes de sua morte, gravemente enfermo, na primavera de 311, publicou o Edito de Tolerância, reconhecendo o malogro da perseguição. Tal edito nunca foi ab-rogado, mas fortalecido pelo Edito de Milão.

Na tentativa de tranquilizar os pagãos do Oriente, o Imperador reafirmou a tolerância religiosa de Galério, mas proibiu certos sacrifícios. O domingo tornou-se o dia de repouso legal, interditando-se a realização de qualquer ato oficial, exceto a alforria de escravos. Os bispos conseguem o direito de jurisdição sobre os membros do clero, e sua arbitragem foi reconhecida como inapelável para os processos civis entre os leigos. Existe um desejo de fazer da Igreja um organismo oficial, de associá-la à vida e ao funcionamento do Estado.

Governante e administrador hábil e eficiente, divide com Diocleciano o crédito principal da própria existência do Império Romano nos séculos IV e V. Os longos anos de estabilidade proporcionados pelo seu reinado possibilitaram um genuíno renascimento da vida civil e pública do período.